

DSE Convênio nº 15912

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Subprocuradoria de Botucatu Rua Quintino Bocaiuva, nº 508 - Fone 3882-5305 BOTUCATU - SP

TERMO DE PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, DE PRÓPRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA CONFORMIDADE DO DECRETO Nº 56.783, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011.

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na Subprocuradoria de Botucatu/Procuradoria Regional de Bauru, da Procuradoria Geral do Estado, presente a Doutora Cláudia Maria Múrcia de Souza, brasileira, casada, RG nº 14.863.529-5, inscrita no CPF sob o nº 027.013.768-82, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, n° 508, nesta cidade de Botucatu, representando a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade da Lei Complementar nº 478, de 18 de julho de 1986 e por delegação da Sra. Procuradora do Estado Chefe da PR7, de 30/05/2012, daqui por diante denominada simplesmente **PERMITENTE**, para este ato devidamente autorizada pelo Decreto nº 56.783, de 23 de fevereiro de 2011, compareceu a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.101/0001-15, com sede na Praça Professor Pedro Torres, nº 100, na cidade de Botucatu, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Doutor João Cury Neto, brasileiro, casado, RG n°19.683.026-6, inscrito (a) no CPF sob o n° 148.207.338-26, residente e domiciliado à Rua Dr. Cardoso de Almeida, 310, centro, Botucatu, daqui por diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, e presentes ainda as testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas.

Pela **PERMITENTE**, ante os presentes, foi dito:

<u>PRIMEIRO</u> – Que, atendendo a solicitação da Permissionária, foi autorizada a permissão de uso, a título precário, de um imóvel na cidade de Botucatu, objeto da transcrição sob o número de ordem 9.427, do 2º Cartório Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Botucatu, com frente para a Rua General Telles, sob nº 1040, com uma área de 1.488,29 m2, e área construída de 1.674,03 m2 conforme descrito e caracterizado nos autos do processo SJDC nº 275030/2010.

<u>SEGUNDO</u> - Que, tendo em vista a autorização constante no citado Decreto nº 56.783, de 23 de fevereiro de 2011, ela **Fazenda do Estado** permite, como de fato permitido tem, o uso do imóvel citado e descrito na cláusula primeira, ficando a *PERMISSIONÁRIA* autorizada a ocupá-lo em nome do

دروق

my @ m

DSE Convênio nº 159/12

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Subprocuradoria de Botucatu

Rua Quintino Bocaiuva, nº 508 - Fone 3882-5305 BOTUCATU - SP

PERMITENTE, para o fim de utilização da comunidade botucatuense nas áreas social, de educação e cultura, vigendo a permissão por prazo indeterminado;

<u>TERCEIRO</u> - Que a presente permissão de uso, feita a título precário e gratuito, não gera qualquer direito à *PERMISSIONÁRIA*, sendo revogável a qualquer tempo e "ad libitum" da Administração Estadual, obrigando-se a *PERMISSIONÁRIA* a restituir o imóvel completamente livre e desimpedido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação que reclamar esta restituição, sem direito a qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por benfeitorias nele realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio estadual;

QUARTO - Que, em decorrência desta permissão de uso, a **PERMISSIONÁRIA** se obriga ainda a:

- a) utilizar a área exclusivamente para o fim retro especificado, vedado seu uso para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-la ou transferi-la, no todo ou em parte, a terceiros, seja a que título for, sem o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**;
- b) apresentar, para aprovação pelos órgãos técnicos e competentes do **PERMITENTE**, indicados pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, os projetos e memoriais da restauração e obras necessárias, os quais deverão atender às exigências legais, assim como submeter ao órgão que tombou o imóvel, o projeto de quaisquer obras de reforma ou adaptação;
- c) responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes de obras, serviços ou atividades que realizar no imóvel, além dos decorrentes encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- d) responder com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;
- e) conservar as construções e demais dependências, de acordo com os mais rigorosos requisitos técnicos de segurança;
- f) atender às determinações da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, no tocante à segurança, limpeza e conservação do imóvel;
- g) cumprir outras exigências do **PERMITENTE**, que, a qualquer tempo, forem consideradas necessárias ou oportunas, inclusive na regulamentação de uso do espaço, podendo estabelecer critérios e prioridades para a utilização do

Our

ere de m



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Subprocuradoria de Botucatu Rua Quintino Bocaiuva, nº 508 - Fone 3882-5305 BOTUCATU - SP

aludido imóvel, tendo em vista a finalidade pública, assim como sobre a fiscalização das receitas auferidas com o uso do imóvel e de todos os custos decorrentes desta permissão;

- h) comunicar imediatamente a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, de qualquer fato novo ou relevante, a respeito de aspectos técnicos ou de uso e conservação do imóvel;
- i) providenciar a regularização das obras que vier a executar no imóvel, perante todos os órgãos públicos competentes, responsabilizando-se pela obtenção dos correspondentes alvarás e autorizações, assim como pela averbação de aludidas construções junto ao registro imobiliário;
- j) contratar apólice de seguro do imóvel contra incêndio e demais sinistros a favor do **PERMITENTE**, durante toda a vigência desta permissão de uso, em valor compatível com o mercado imobiliário;
- prestar contas das receitas eventualmente auferidas com o imóvel e das despesas decorrentes desta permissão, conforme critérios estabelecidos na regulamentação a ser expedida pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:
- m) restituir imediatamente o imóvel ao **PERMITENTE**, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, na hipótese de inadimplemento das obrigações pactuadas, inclusive as decorrentes de atraso no atendimento ao cronograma a ser estabelecido, exceto nas hipóteses de ocorrência de caso fortuito e de força maior;
- n) acatar a fiscalização a ser exercida pelo **PERMITENTE**, por meio Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, ou por órgãos ou entidades delegadas para verificar o cumprimento das obrigações estabelecidas no presente Termo;
- o) zelar pela guarda do imóvel, impedindo que terceiros dele se apossem ou utilizem, dando conhecimento imediato à *PERMITENTE* de qualquer turbação de posse que porventura se verificar ou penhora que venha a recair sobre o mesmo.

<u>QUINTO</u> - Que a violação pela *PERMISSIONÁRIA* das cláusulas ou condições aqui estabelecidas, bem como das disposições constantes do Decreto nº 56.783, de 23 de fevereiro de 2011, acarretará a revogação de pleno direito da presente permissão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial;

our

m m



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Subprocuradoria de Botucatu Rua Quintino Bocaiuva, nº 508 - Fone 3882-5305 BOTUCATU - SP

<u>SEXTO</u> – Que, fica eleito o foro das Fazendas Públicas da Comarca da Capital, com prejuízo de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer pendência originária da presente permissão;

Pela *PERMISSIONÁRIA*, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU**, por seu Prefeito, foi dito que aceita este instrumento em todos os seus termos, cláusulas e condições.

De como assim o disseram, foi lavrado o presente **TERMO**, em 04 (quatro) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e achadas conformes, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas presenciais, abaixo qualificadas.

P/PERMITENTE

P/PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. Marcino Trovão Junior

RG 40.380.582-x - CPF 365.117.748-30

2. Ana Maria Almeida Lima

RG 12.471.042-6 - CPF 029.431.058-48